



*P*INHEIRO *B*ITTENCOURT
ADVOGADOS

REGIME ESPECIAL PARA A INDÚSTRIA AERONÁUTICA BRASILEIRA - RETAERO

SUMÁRIO

- ✓ Definições
- ✓ Beneficiárias
- ✓ Benefícios
- ✓ Regulamentação
- ✓ Habilitação

RETAERO

Definições

- ✓ É o Regime Especial para a Indústria Aeronáutica Brasileira.
- ✓ Legislação: Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010.
- ✓ O regime prevê a suspensão da exigência de determinados tributos, tendo como objetivo reduzir o acúmulo de créditos não-cumulativos incidentes na cadeia produtiva de aeronaves.

RETAERO

Beneficiárias

- ✓ São beneficiárias do RETAERO: a) a pessoa jurídica que produza partes, peças, ferramentais, componentes, equipamentos, sistemas, subsistemas, insumos e matérias-primas, ou preste serviços referidos no art. 32, a serem empregados na manutenção, conservação, modernização, reparo, revisão, conversão e industrialização dos produtos classificados na posição 88.02 da Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM, b) a pessoa jurídica que produza bens ou preste os serviços referidos no art. 32 desta Lei, utilizados como insumo na produção de bens referidos na letra “a” e c) a pessoa jurídica que alugue de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos para pessoa jurídica habilitada ao regime.
- ✓ Com relação aos itens “b” e “c” supracitados, a empresa deve ser preponderantemente fornecedora, ou seja, 70% ou mais de sua receita deve ser fruto de vendas ou aluguéis de bens e serviços às pessoas jurídicas referidas na letra “a”, às pessoas jurídicas fabricantes de bens classificados na posição 88.02 da NCM ou de exportação.
- ✓ O referido art. 32 trata da venda ou importação de serviços de tecnologia industrial básica, desenvolvimento e inovação tecnológica, assistência técnica e transferência de tecnologia destinados a empresas beneficiárias do RETAERO.
- ✓ A posição 88.02 da NCM refere-se aos seguintes bens: outros veículos aéreos (p. ex., helicópteros, aviões), veículos espaciais (incluindo os satélites) e seus veículos de lançamento, e veículos suborbitais.

Benefícios

- ✓ Fica suspenso o pagamento do PIS/PASEP e da COFINS na venda realizada para empresa beneficiária do RETAERO.
- ✓ Fica suspenso a o pagamento do PIS/PASEP e da COFINS - Importação na importação efetuada por empresa beneficiária do RETAERO.
- ✓ Fica suspenso o pagamento do IPI incidente na saída do estabelecimento industrial ou equiparado na venda para empresa beneficiária do RETAERO.
- ✓ Fica suspenso o pagamento do IPI incidente vinculado à importação quando esta for efetuada por estabelecimento industrial de empresa beneficiária do RETAERO.
- ✓ A receita bruta decorrente da venda, no mercado interno, das aeronaves classificadas na posição 88.02 da NCM, continua sujeita a alíquota zero da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS , conforme o previsto na Lei nº 10.637/2002.
- ✓ Para que as empresas possam fruir os benefícios, elas devem ter requisitos que serão vistos à frente

RETAERO

Regulamentação

- ✓ O RETAERO foi regulamentado pelos Decretos nº 7.451, de 11 de março de 2011 e nº 7.923, de 18 de fevereiro de 2013.
- ✓ A Secretaria da Receita Federal do Brasil estabeleceu a forma e o procedimento de habilitação ao RETAERO pela Instrução Normativa nº 1.186, de 29 de agosto de 2011.
- ✓ As pessoas jurídicas optantes pelo Simples Nacional ou tributadas pelo imposto de renda com base no lucro presumido ou arbitrado não poderão ser habilitadas no RETAERO.
- ✓ A suspensão da exigência do pagamento do tributo, se provado o emprego na industrialização, na manutenção, conservação, modernização, reparo, revisão ou conversão das aeronaves ou após a exportação, converte-se em alíquota zero
- ✓ A suspensão pode ser usufruída nas aquisições, locações e importações dos bens e nas aquisições e importações de serviços mencionados realizadas no período de 5 (cinco) anos contados da data de habilitação da pessoa jurídica.

RETAERO

Habilitação

- ✓ É divulgada no site da RFB na Internet a relação das pessoas jurídicas habilitadas ao RETAERO, na qual constará a data da habilitação e, se for o caso, a data do cancelamento.
- ✓ Os referidos requisitos para habilitação ao RETAERO são os seguintes:
 - A apresentação de requerimento de habilitação;
 - A apresentação de Escrituração Fiscal Digital;
 - A prévia adesão ao Domicílio Tributário Eletrônico (DTE), nos termos da Instrução Normativa nº 664, de 21 de julho de 2006;
 - A regularidade fiscal do estabelecimento matriz e de suas filiais em relação aos tributos administrados pela RFB;

RETAERO

Habilitação

- ✓ A análise e o deferimento do requerimento de habilitação competem à Delegacia da Receita Federal do Brasil (DRF) ou à Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Administração Tributária (Derat) que jurisdiciona o estabelecimento matriz da pessoa jurídica requerente.
- ✓ No caso de contribuintes domiciliados na cidade de São Paulo/SP, caberá à Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Administração Tributária (Derat) a análise e o deferimento do requerimento de habilitação.
- ✓ A decisão sobre a habilitação será formalizada por meio de Ato Declaratório Executivo (ADE) emitido pelo Delegado da DRF ou da Derat e publicado no DO.
- ✓ A pessoa jurídica habilitada ao RETAERO poderá, a seu critério, efetuar aquisições, locações e importações fora do RETAERO, sem a suspensão da exigência dos tributos.

PINHEIRO BITTENCOURT ADVOGADOS ASSOCIADOS

Av. Dr. João Guilhermino, nº 261, 7º andar, Centro
São José dos Campos – SP
Tel. (12) 4009-2578

Av. Paulista, nº 2006, cj. 1214
São Paulo – SP

contato@pinheirobittencourt.com.br